

ISABELLE STENGERS

A invenção das ciências modernas

Tradução de Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002. 208 p.
(Coleção Trans)

ADRIANA PIVA

Programa de Pós-graduação
Faculdade de Educação - UFMG

Desde seu início, as ciências teórico-experimentais vêm buscando afirmar sua especificidade e, muitas vezes, sua superioridade, como forma de conhecimento. O século XX foi marcado por tentativas de caracterização dessa singularidade, por meio principalmente dos estudos epistemológicos da tradição demarcacionista. No entanto, nas últimas décadas dos novecentos surgiu uma crítica diferenciada que, sob influência dos estudos culturais e situada nos domínios da sociologia da ciência, no lugar de buscar a especificidade das ciências teórico-experimentais a elimina. A “denúncia” de que a atividade científica estaria tão ligada ao poder, e aos interesses da política corriqueira como quaisquer outras práticas sociais, parece ter ferido uma crença que nem mesmo as críticas radicais da ciência como tecnociência ou do feminismo puderam alcançar.

Isabelle Stengers – filósofa e historiadora das ciências, conhecida no Brasil por sua obra escrita em parceria com Ilya Prigogine, *A nova aliança* (UnB, 1997) –, contudo, em seu livro *A invenção das ciências modernas*, parece espantar-se com tal escândalo, ou melhor, com a indiferença dos sociólogos da ciência diante da reação indignada daqueles que são os seu “objeto” de análise. A abordagem sociológica colide de frente com a concepção de ciência dos próprios cientistas e não se pergunta que implicações isso pode ter para a atividade científica, ou ainda por que é tão importante para os cientistas preservar a noção de autonomia. Para Stengers, essa indiferença dos sociólogos só pode ser devida a uma crença, também deles, de que seu saber aproxima-os da verdade, dá-lhes o poder de julgar aqueles que estão submetidos a sua análise. Também os sociólogos agem “em nome da ciência”, da verdade, mas não reconhecem esta possibilidade aos cientistas experimentais.

Procurando, então, distanciar-se tanto dos que acreditam, quanto dos que combatem a idéia de uma singularidade das ciências teórico-experimentais no interior da velha tensão entre saber e poder, Stengers opta por um caminho que não seja, portanto, nem o da veneração nem o da denúncia, mas que busque acompanhar o nascimento e a constante reinvenção dessa afirmativa de especificidade, a autonomia da ciência. Para isso, coloca em funcionamento o “princípio de irredução”, ou seja, o recuo à pretensão de saber e de julgar, “de desvendar ‘o mesmo’, acima das diferenças que dizem respeito somente às vivências de seus atores” (p. 76), tal como o faz a sociologia, segundo a nossa autora. Para Stengers, são as ciências políticas que poderiam lhe oferecer instrumentos para colocar em discussão a singularidade das ciências, respeitando os seus agentes, tal como solicita a “restrição leibniziana”. Segundo esta restrição, a filosofia não deveria desrespeitar os “sentimentos estabelecidos”, o que é assumido por Stengers como a condição de pertinência da interpretação, sua responsabilidade de não obstruir o devir, de modo que, no lugar de escandalizar e provocar raiva “em nome da ciência”, pertinente seria o enunciado que possibilitasse a *abertura* dos sentimentos estabelecidos “àquilo que sua identidade estabelecida os obriga a recusar, combater, desconhecer” (p. 26).

Nesse sentido, parece-nos que Isabelle Stengers afirma que sua intenção é explorar as possibilidades de utilização do registro político para descrever as ciências, associando razão científica à razão política, sem se excluir desse registro, ou seja, levando em conta as conseqüências do que considera verdadeiro. Está em jogo, aqui, o próprio projeto político a que Stengers se vincula, indicado sob o signo do riso de humor, ou seja, a possibilidade de nos interessarmos pela ciência sem nos impressionarmos por ela; de colocar em discussão os sentimentos estabelecidos sem desrespeitá-los, mas preservando a possibilidade de abri-los, quem sabe, para outros devires e, com isso, “complicar a vida do poder”. Diferentemente do riso irônico, que contrapõe uma verdade à outra pretensamente mais lúcida e mais universal, identificado por Stengers na leitura sociológica, ela não conseguiria reconhecer em si mesma a crença que denuncia no outro.

Essa discussão sobre as interpretações a respeito da ciência e a percepção da força exercida sobre elas pela imagem que a própria ciência constrói de sua singularidade, para fazer valer suas verdades, constituem o principal objeto de análise da primeira parte, “Explorando”, do livro de Stengers. Na segunda parte, “Construindo”, a autora aprofunda a diferenciação entre as abordagens sociológica e política, reafirma sua opção pela segunda e traz para sua discussão o conceito de “processo contingente”, enunciado por Deleuze e Guattari em *O que é filosofia?*, possibilitando-a colocar a ciência sob o signo do acontecimento, ou seja, como invenção passível de ser reinventada com outros dados – o que acontece, inclusive, a cada nova interpretação – e, com isso, passível de sofrer uma renovação de sua própria identidade no interior do mesmo processo que a originou, sem necessidade de recorrer à fundação de uma nova tradição. Aí está, parece-nos, o grande ganho que a abordagem proposta por Stengers nos sinaliza.

Nesses termos, a autora, ao revisitar o acontecimento primordial das ciências modernas, o “caso Galileu”, toma-o como tendo sido a invenção da possibilidade de se afirmar “isto é científico”, ou melhor, de entender o conhecimento científico como singular, como um tipo de “ficção” especial que pode fazer calar todas as outras ficções, graças à prática experimental de que dispõe. Todavia, a pretensão de fazer a natureza falar, que o dispositivo experimental só realiza segundo determinadas variáveis selecionadas pelo cientista, só é reconhecida se a comunidade científica reconhece também como pertinentes às tais variáveis selecionadas. Para que seja reconhecida a autoridade do fenômeno encenado, entram em jogo, portanto, duas questões políticas: a hierarquia entre as ciências, que facilita ou não tal reconhecimento; e a busca da criação de interesse para além do laboratório, exigindo que o fenômeno encenado consiga responder aos mais distintos interesses, sofrendo um inflacionamento de significados, para que seja aceito socialmente.

Assim, se as ciências não podem ser reduzidas a um simples exercício de poder, tampouco estiveram livre dele no desenrolar de sua história. A política é parte intrínseca da atividade científica, o que não a torna necessariamente menos pura ou passível de ser denunciada. Desse modo, tanto a abordagem sociológica quanto a epistemológica são insuficientes. Especialmente quando se trata de compreender as operações essencialmente *políticas* que constituem a elaboração tanto da totalidade dos discursos metodológicos – que fazem esquecer seus autores – como dos juízos teóricos, que buscam se descolar das enunciações experimentais que os originaram, tornando-os ambos generalizáveis por princípio, verdadeiras visões de mundo. Tais operações políticas são uma forma dos cientistas possibilitarem que seus fatos-artefatos façam história e tornem-se “verdadeiramente verdadeiros”, assegurando um espaço de expansão sem risco, ao destruir aquilo que as ciências teórico-experimentais só entendem como não-ciência (p. 130 ss). Essa maneira dos cientistas “fazerem história” solicita igualmente outros meios de se fazer história com os cientistas, a saber, aqueles das ciências políticas que nos possibilitam perguntar como se constituiu tal poder, como determinada verdade prevaleceu sobre outras possíveis, que nos permitam avaliar uma ciência segundo seu alcance e os efeitos a que visa.

Tratando-se de um processo contingente, passível de ser recomeçado com outros termos, faz-se possível o abandono desta política de submissão do local ao global, de uma ciência a outra, que faz convergir verdade e poder em troca de outras soluções, que criam, por sua vez, outras identidades para a ciência. Este é o assunto da terceira parte do livro, intitulada “Proposições”, na qual Stengers, abandonando, portanto, a definição da ciência como um poder capaz de fazer frente ao poder da ficção e abandonando a associação fatalista entre saber e poder, propõe como singularidade para a ciência algo anterior, ou seja, a distin-

ção entre sujeito e objeto, capaz de enunciar uma relação de teste que, este, sim, criaria a diferença entre os enunciados humanos, no sentido de que o sujeito que pretende a máxima objetividade (como proposto por Sandra Harding) permite que o objeto lhe coloque à prova e submete suas razões inventadas a um terceiro capaz de colocá-las em risco, de torná-las vulneráveis, não mais ao poder que as “faz existir”, mas ao “irredutível das outras opiniões” (p. 162).

Essa reinvenção das ciências modernas não é novidade, isto é, jamais deixou de existir, segundo Stengers. Bem a demonstram as ficções matemáticas e o uso do computador como instrumento de simulação, os novos “objetos” dos chamados herdeiros de Darwin e toda a infinidade de questionamentos trazidos pelas ciências de campo e pelas ciências humanas, para as quais produção de conhecimento e produção de existência não se separam. Assim, mais que a necessidade de limites éticos, está posto em questão o ideal que as ciências modernas conquistaram de uma verdade capaz de se opor à ficção, ideal que, colocado sob o riso de humor, pode ser encarado como uma crença entre outras, fundadora de uma cultura, a ocidental, como também uma entre outras, que criou a ciência moderna.

E é desse modo que, apesar da vergonha de tudo que foi cometido em nome do progresso da ciência ou em nome da verdade, não podemos renunciar a essa referência, porque não temos escolha, somos seus herdeiros, livres talvez para estendê-la de outro modo mas não para anulá-la. Desse modo, como instrumento de criação e de resistência que preserva as virtudes do humor, Stengers recupera a imagem de “Parlamento das coisas”, proposta por Bruno Latour. “Poderíamos dizer que o Parlamento das coisas consagra de fato o triunfo das práticas científicas. Porque ele constitui o teste generalizado de nossas ficções e, em primeiro lugar, daquela de um interesse geral em nome do qual deveriam se submeter os interesses particulares. Porém identifica essas práticas na medida em que elas fazem multiplicar os representantes, cada vez mais variados e exigentes, e não porque elas afirmam um direito” (p. 184). O Parlamento das coisas faria valer, então, não mais o princípio da conquista, que reduz o diverso ao mesmo, mas o da multiplicidade, segundo o qual o Parlamento se constituiria como a reunião de representantes de um problema que os compromete e situa, e que devem encontrar laços na heterogeneidade, condicionando a legitimidade das intervenções feitas em “nome da ciência” à coerção “que declara *antidemocrática, ou seja, irracional*, toda estratégia que vise mascarar uma mudança de meio ou de significação, isto é, de passar de uma problemática de junção a uma *pretensão de unificação*” (p. 190).

Aqui vemos a associação anunciada por Stengers, já no início do livro, entre racionalidade científica e racionalidade política, colocada agora em termos da inseparabilidade de princípio entre a qualidade democrática do processo político e a qualidade racional da controvérsia posta em debate (p. 193). Stengers propõe o retorno do enunciado sofista, segundo o qual “o homem é a medida de todas as coisas”, no sentido de que é necessário assumir o espaço da política como o legítimo produtor de juízos sobre o devir. Surgem, então, vários outros problemas, tais como o da invenção de dispositivos que permitam ao cidadão comum tornar-se “competente”, apto a participar, ao lado dos cientistas, da invenção desse devir, a tornar-se representante de uma coletividade submetendo a risco suas opiniões e convicções pessoais.

Trata-se, portanto, de inventar outro modo de fazer política, tal como fez o acontecimento da ciência moderna ao nos solicitar a crença de que sua singularidade nos asseguraria *de direito* um acesso inteiramente diferente, e por que não dizer superior, ao mundo da verdade. Trata-se de inventar um antídoto à nossa crença, criando não uma posição que nos permita julgá-la ou abandoná-la, o que seria impossível segundo a perspectiva do humor, mas inventando os meios de a civilizar, de torná-la capaz de existir com o que não é ela, de colocá-la em risco. Nesse sentido, a própria paixão ocidental pela verdade é que exigiria a desvinculação entre verdade e poder e o entrelaçamento entre verdades e devires.

É com essa profundidade – que tentamos, ao menos, anunciar nessa resenha – que Isabelle Stengers discute a singularidade da invenção das ciências modernas, de modo tal que nos permita pensar outros possíveis para elas. É por isso que, tanto para os cientistas, que se inquietam com o devastador poder assumido pelas ciências, quanto para aqueles que, mesmo “de fora”, interessam-se pela atividade científica e percebem a necessidade de dialogar e, quem sabe, participar de sua reinvenção, parece-nos indispensável a leitura de *A invenção das ciências modernas*, de Isabelle Stengers.